



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo:

Documento n.º 1



Intervenção na Assembleia Municipal de Tábua

(Sessão Ordinária de 17 de Abril de 2014)

I - Período de antes da ordem do dia

PONTO 1. APROVAÇÃO DA ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28 DE FEVEREIRO DE 2014.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tábua, proponho que seja introduzido o nome da Sra. Deputada Municipal, Dra. MARIA JOÃO RODRIGUES NEVES VELOSO MARQUES, como membro Presente, na Sessão da Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2014.

É tudo de momento, obrigado.

PONTO 2. LEITURA E APRECIÇÃO DO EXPEDIENTE

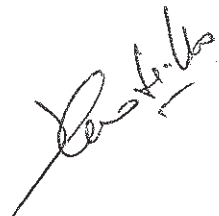
Aguardar leitura.

PONTO 3. INTERVENÇÃO DOS EX.MOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA

- Gostava de começar por proferir algumas palavras sobre iniciativas que tive oportunidade de conhecer e em simultâneo solicitar esclarecimentos, aproveitando a disponibilidade do executivo.

Assim:

O Dec. Lei n° 424/83 determina o princípio de pagamento de uma renda, pela EDP, aos municípios onde existem barragens, como forma de compensar as populações pelo impacto e aspetos negativos da atividade industrial causados e, por outro, aumentar a capacidade financeira dos municípios.



Em 2012, a ANMP negociou com a EDP o pagamento de uma renda a estes municípios, na base de um valor global de 5 milhões de euros, protocolo este que foi assinado em 27 de Fev. de 2012. Na sequência deste protocolo, cabe ao município de Tábua a renda anual de 30.232,73 €.

A Cláusula Oitava do referido protocolo diz:

Cláusula Oitava

(Aplicação dos montantes das medidas complementares)

As medidas complementares deverão ser aplicadas prioritariamente em iniciativas concretas relacionadas com **sustentabilidade**, nomeadamente em projetos de natureza **social, educativa, ambiental**, na **área da saúde** ou do **desenvolvimento regional** que sejam acordados previamente com a EDP produção até ao final do mês de Março de cada ano.

Estranho esta câmara não dar conhecimento destas iniciativas protocoladas e de carácter anual!

A pergunta é: qual o projeto que a Câmara Municipal de Tábua submeteu à EDP produção (nomeadamente a sua natureza)? ou apenas enviou faturas relacionada com um qualquer invento até ao montante da renda?

- Sobre uma jornada ocorrida em Tábua, no do Dia da Mulher, 8 de março de 2014– e intitulada “Violência Doméstica: da Lei à Prática”, pude ler um comentário sobre a violência doméstica que se observa em tábua. O comentário pareceu-me realista, mas contudo não conheço a verdadeira dimensão do fenómeno no concelho.

Pergunto: Quantos casos estão sinalizados no concelho? Ou estes casos não se sinalizam por pedido expresso do agredido? O comentário sugere um número elevado e uma dimensão considerável. Podemos conhecer a realidade em número e qual a freguesia com mais casos? Quais as medidas pensadas e executadas pela acção social? É um tema que não deve ser suavizado, antes publicitado, uma vez que numa primeira reação o agente agressor sente inibição pelo simples facto de o ato se tornar de



conhecimento público, e este, só por si faz a sua pedagogia (embora reconhecido de pequena contribuição).

- Da análise do **Anuário Estatístico da Região Centro, 2012, edição de 2013** do Instituto Nacional de Estatística, sobre **Proteção da biodiversidade e da Paisagem** observei o seguinte:

Concelho	Gasto em proteção da biodiversidade e da paisagem/1000 hab. (euros)
Tábua	5.554
Arganil	32.606
Carregal do Sal	10.457
Oliveira do hospital	8.709
S. Comba Dão	0

De acordo com o que acabo de citar, julgo serem estes os dados suficientes para suportar a iniciativa da Quercus, no estabelecimento de um protocolo com a Câmara Municipal de Tábua com vista à recolha de rolhas de cortiça no concelho, em troca de uma majoração nas candidaturas à reflorestação do mesmo.

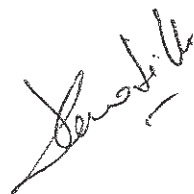
Assim haja condições efetivas para a pedagogia de não consumo ao álcool e para a separação e recolha, ao dispor dos habitantes, o que não ocorre, geralmente, quando se pretende diferenciar resíduos, por iniciativa das populações, junto aos locais habituais de depósito.

- Agora sobre o tema **Resíduos urbanos e tipo de destino**

Foram recolhidos em 2012:

- 4268 toneladas de resíduos urbanos no concelho
- 3964 toneladas com recolha indiferenciada
- 304 toneladas com recolha seletiva

Das 3964 toneladas de resíduos indiferenciados, 3281 tiveram como destino o aterro e apenas 647 toneladas sofreram valorização orgânica (36 toneladas sofreram valorização multimaterial). A pergunta é: não é o momento de apostar na recolha



seletiva dado que temos apenas 304 toneladas das 4268 produzidas? Ou esperamos pela tarifa para quem quer diferenciar? Os contentores de recolha têm de tudo um pouco, desde galinhas mortas, metal altamente apetecível (cobre, ferro e outros), polietileno de alta densidade e até vidro do Tipo II.

A Câmara Municipal de Tábua obteve de receitas 365.000 euros da gestão de resíduos e mostra uma despesa total de 220.000 euros (destes 154.000 gastos na gestão de resíduos). Fonte: pág. 44 do anuário estatístico da Região Centro, 2012.

➤ **Um alerta:**

Senhor Presidente da CMT, sabia que tem no seu concelho, no que diz respeito à qualidade das águas para consumo humano, 16.000 m³ de água com análises realizadas e que mostram incumprimento dum valor paramétrico, num total de 978.000 m³? Veja a página 38 do referido anuário.

Pode dizer uma palavra de conforto para quem consome água da rede e são muitos dos que aqui estão?

➤ Uma última nota sobre,

Indicadores de população – PESSOAS

Achei interessante fazer uma reflexão sobre os números que constam daquele indicador, no referido relatório (era bom que os relatórios fossem lidos e estudados e estes não criassem, aos senhores vereadores, uma espécie de dificuldade acrescida no momento de confronto com a realidade, é que os números não ajudam ao silêncio).

Concelho	Taxa bruta de divórcios/1000 Hab.	Taxa de fecundidade geral/1000 Hab.	Nados – vivos fora do casamento (%)
Tábua	3,1	25,3	50,0
Oliveira do Hospital	1,5	28,1	47,6
Carregal do Sal	1,4	31,4	33,8
Arganil	2,1	23,4	43,9
Santa Comba Dão	1,8	34,7	41,7



- A taxa mais elevada de divórcios/1000 habitantes é a do concelho de tábua;
- A segunda taxa mais baixa de fecundidade geral/1000 habitantes, é de Tábua;
- Tábua é especialista em nados-vivos fora do casamento (50%, significa que em 2012 nasceram 34 crianças no concelho fora do casamento de um total de 68 crianças), por isso é que a taxa de fecundidade geral em tábua é baixa? Uma sugestão aos autarcas que incentivam a natalidade, apoiem a natalidade, não incentivem a natalidade porque depois têm que escolher o método e ele pode ser pernicioso? Preocupem-se com as crianças que nascem, mas também com o seu crescimento, não esgotem os valores monetários numa só fase (nascimento) pois este demonstra um “ato populucho” utilizando um “enorme património”, as crianças.

Por agora é tudo Sr. Presidente da Assembleia, compenso o tempo gasto, não intervindo no ponto que se segue.

Obrigado.

II- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

Nada a dizer.

PONTO 2. APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 2, ALÍNEA C), CONJUGADO COM O ARTIGO 35.º, N.º 1, ALÍNEA Y), AMBOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

A 21 de fevereiro de 2014

A Posição do Orçamento da Despesa, dizia:



Valor faturado (Total Geral): 3.001.378,95€

Valor pago (Total Geral): 1.437.571,31€

Dívida: 1.563.807,64€

A 14 de Abril de 2014

A Posição do Orçamento da Despesa, diz:

Valor faturado (Total Geral): 4.268.777,32€

Valor pago (Total Geral): 2.799.639,45€

Dívida: 1.469.137,87€

A dívida em 21 de fevereiro de 2014 era de **1.563.807,64€** e em 14 de Abril de 2014 de **1.469.137,87€**.

Neste momento, a 2ª tranche do PAEL, no valor de 732.972,09 euros, já foi cobrada.

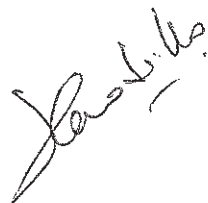
A pergunta é: porque é que a dívida oscilou tão pouco (**94.669,77 euros**) relativamente ao valor de 2 meses atrás? Ou a dívida não é para pagar?

Então para que serve o saneamento financeiro?

Da Posição Atual do Orçamento da receita do ano 2014 retirei a seguinte informação:

- **Aldeias de xisto/Redes urbanas**, conta dotada em 55.850,00 euros (grau de execução da receita, 0 %);
- **Saneamento**, conta dotada em 250.000,00 euros (grau de execução de 1,096 %);
- **Venda de bens de investimento**, conta dotada em 128.987,00 euros (grau de execução de 0%).

Pode comentar Sr. Presidente da Câmara.



PONTO 3. DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE E SEU SUBSTITUTO, PARA O CONSELHO DA COMUNIDADE, DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE PINHAL INTERIOR NORTE

A única pergunta que gostava de formular é:

Quando é alterada a designação do agrupamento, ou melhor, quando é deixamos de fazer parte do agrupamento dos Centros de Saúde do Pinhal Interior Norte?

Estamos no interior, no exterior, ou estamos a caminhar para o interior do pinhal, animados com tanta simpatia que corre à nossa volta?

Compreende senhor Presidente da Câmara o meu desafio?

Os nossos médicos estão a cerca 60 Km da ARS Centro.

É tudo senhor Presidente da Assembleia.

Abstenção.

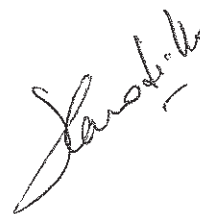
PONTO 4. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013/RELATÓRIO DE GESTÃO/RELATÓRIO ANUAL DO SANEAMENTO FINANCEIRO E PAEL

Ao iniciar a minha intervenção quero perguntar se não está presente a Centro TV para fazer um vídeo promocional sobre os números que vou comentar e que dizem respeito ao Relatório anual 2013/execução do plano de saneamento financeiro.

Vou começar por este documento, e serei breve na análise dos documentos de prestação de contas do ano 2013/relatório de gestão.

Pág. 19 (começo pelo fim), do relatório Anual de 2013, execução do plano de saneamento Financeiro, quadro 4.1 - Síntese da situação financeira atual e previsões de evolução

A13. Endividamento total



A **dívida total da CMT**, para valores apurados em 2013, é de **9.250.623,58 euros**, volto a repetir, **9.250.623,58 Euros**. O desvio, face ao previsto de **7.654.148,37 euros** no plano de saneamento financeiro, é de **1.596.475,21 euros**.

A primeira pergunta é: o plano de saneamento financeiro que foi aprovado nesta assembleia era para a câmara municipal de Tábua ou era para uma câmara de existência virtual (não se esqueçam que o custo deste plano tem um número público conhecido de 40.000 euros?). Senhor Presidente, o compromisso não foi observado.

Mapa 5, pág. 15.

Endividamento Municipal

O limite de endividamento líquido real a 31/12/2013 (artº.98 OE 2013 b)) é de **7.565.259 euros** e o endividamento líquido real da CMT é de **7.790.859 euros** o que significa que a CMT **ultrapassou o limite de endividamento líquido em 225.600 euros**.

Por outro lado,

O limite de endividamento real, Médio Longo Prazo (MLP), é de **6.052.207 euros** e o endividamento Real MLP da CMT é de **6.286.913 euros** o que significa que a CMT **excedeu o limite de Endividamento MLP em 234.706 euros**.

Senhor Presidente, não cumpriu com os limites de endividamento, tem de adquirir uns flutuadores, porque por este caminho o senhor afunda e arrasta, conjuntamente, o centro de decisões políticas.

Continuando,

O **Mapa 4 da página 14** do Relatório anual 2013, mostra o conjunto de indicadores Económico Financeiros. Dos 9 indicadores presentes no quadro, só há um único que a CMT respeite e atinja, o prazo médio de recebimentos que deve oscilar em cerca de 15-20 minutos, desde a emissão do documento e envio eletrónico até ao pagamento na tesouraria, de acordo com o plano de saneamento financeiro.

Assim:



	2013 PSF	Real 2013 Observado
Fundo de Maneio	585.854 euros	- 629.889 euros
Liquidez Geral	Exige-se 3%	1%
Solvabilidade	Exige-se 174%	145%
Autonomia Financeira	Exige-se 63%	59 %
Capitais permanentes/imobilizado	Exige-se 101%	98%
P. M. Pagamentos (DGAL)	30 dias	Observa-se, 265 dias
P.M. Recebimentos	1 dia	0 dias
Cash flow	Exige-se 3.497.104 euros	O real é 1.613.742 euros

Pode explicar, Sr. Presidente, porque falham 8 dos nove indicadores?

Agora vou ler as **Conclusões do relatório, pág. 14:**

- situação desfavorável da liquidez geral e do fundo de maneio;
- grau de cobertura do imobilizado **inferior** ao estimado;
- prazo médio de pagamento **acima** da previsão;
- cash-flow **inferior** à previsão do P.S.F.

Senhores deputados, observem, todos, a **suavidade** com que é relatada a situação económico-financeira do município de tábua.

Cito as palavras escritas: **situação desfavorável; inferior; acima; inferior.**

O que verdadeiramente interessa é que os indicadores falham.

Senhor presidente, em gíria política, diz-se: não acerta uma. A realidade demostra que mesmo sujeito a um plano de saneamento financeiro a sua gestão não consegue atingir as metas a que se comprometeu.

Antes de terminar vou a uma rúbrica que me choca.



A **dívida a terceiros curto prazo**, pág.4, devia ser da ordem dos 366.263 euros e está em 2.540.239 euros (subiu 594 %) e se receber o valor de 732.972.09 euros da 2ª tranche do PAEL, em falta (neste momento do relatório), fica com uma dívida a curto prazo da ordem de 1.807.266,91 euros. A pergunta é: como vai reduzir o prazo médio de pagamento para os 30 dias, porque foi este o compromisso assumido para com esta assembleia?

Os fornecedores são os mais sacrificados, pois sabe que por vezes existem custos de capital a pagar pelas empresas que não receberam no prazo a que se comprometeu. Não podia ter evitado os custos com **Facit 2013 – Espetáculo com Herman José e Big Banda no valor de 12.300 euros** e **Facit 2013 – Espetáculo com Ana Moura no valor de 17.220.00 euros (todos foram pagos, dez dias após o contrato)?** Com certeza que sim? Já passaram as eleições e este ano pode reduzir o orçamento. É coisa pouca, para uma máquina tão eficaz a produzir custos, pois o acréscimo de custos é só da ordem dos 33 % (pág 4., Mapa 1, Balanços).

O total de passivo e fundo próprios só sofreu um desvio de – 4 % (**2.003.091 euros**)

Na demonstração de resultados, Mapa 2, pág.7, o **total dos custos de exploração** foi 4 % acima do esperado (ou seja: 350.589 euros).

Os **subcontratos** sofreram um desvio de + 217 % relativamente ao plano (equivalente a **447.121 euros**); as **amortizações**, inferiores ao estimado (correspondendo a - 5 %).

O mapa 3 de **fluxos de caixa** é bem demonstrativo dos recebimentos e dos pagamentos.

Em conclusão, verifica-se um **desequilíbrio orçamental corrente** porque o empréstimo de saneamento financeiro (receita de capital) serviu para pagar dívida corrente (arrastada).

Senhor presidente da CMT, não conte com o meu voto favorável, porque ao fazê-lo não estaria a contribuir para uma Gestão de rigor. Não vou abdicar desta posição,



depois de constatar que estes números e estes desvios não servem o meu traço de exigência.

Prestação de contas do ano 2013/relatório de gestão

Vejamos:

Modificações ao plano plurianual de Investimentos

Número de alterações: 20

Número de revisões: 2

Sou contrário a um número tão elevado de alterações, denotando planos iniciais de investimento sem grande solidez e ou robustez, sensíveis a qualquer vontade momentânea e de alcance fácil, concretizando realidades com o simples ajuste orçamental, violando o princípio basilar da consistência das previsões/decisões.

Modificação ao orçamento da receita (estamos a falar de receitas)

Nº de alterações: 0

Número de revisões: 2

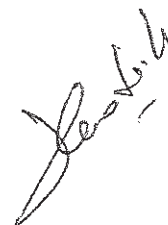
Agora, Modificação ao orçamento da despesa

N de alterações: 28

Nº de revisões: 2

Podemos concluir que o **orçamento da despesa** na sua génese (fase embrionária), nada tem a ver com a fase jovem e muito menos com a fase adulta e terminal. É verdadeiramente um documento dinâmico dotado de uma energia cinética considerável.

Quanto à **situação dos contratos** (gerência de 1 de janeiro a 31 de Dezembro de 2013), um pedido de esclarecimento:



Fez contrato de prestação de serviços em 13 de janeiro de 2012, por ajuste direto, no valor de 52.812.00 euros com **Inês Rodrigues Gonçalves** e contrato no mesmo dia com **Nádia Andreia Soares Santos** no mesmo valor de 52.812.00, por ajuste direto. O pagamento acumulado é de 34.760.06 euros para cada uma das prestadoras. Qual a necessidade real destes contratos?

Sobre os contratos de arrendamento, pode esclarecer sobre o objeto e finalidade?

António Sequeira Seixas (início do contrato – 30-11-2006) no valor de 4800 euros por ano.

Alberto Varandas Mendes (início do contrato de arrendamento a 20.01.2011) no valor de 250 euros por mês (3000 euros/ano).

Tabuactiva Ginásio, Lda (contrato de sublocação de estabelecimento, com início a 16.09.2013) no valor de 800.00 euros por mês (9600 euros por ano).

A que se deve a penalidade (Multa) da agência Portuguesa do ambiente (sobre recursos hídricos) no valor de 12.039, 74 euros? Pode circunscrever a ocorrência?

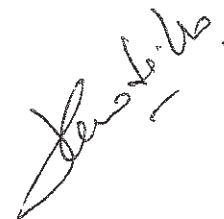
Abate ao Inventário Municipal em 2013 – perda em imobilização no valor de 4.412,42 euros – Deve-se a quê? Computadores, impressoras, máquinas em fim de vida.

Como sugestão, e penso até como medida de boa prática, executar um leilão do metal (dito ferro velho) depositado nas oficinas e armazém Municipal como forma de anular perdas em imobilizado. Penso que esse valor deve atingir cifras consideráveis pois a disputa destes materiais é enorme.

Pelo que acabo de invocar, voto contra a prestação de contas do ano de 2013.

PONTO 5. 2 ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP DO ANO 2014/INTRODUÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA/APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO

O Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, no ponto 8.3 - refere que o saldo apurado pode ser utilizado como contrapartida na revisão ao orçamento.



O **saldo apurado**, na prestação de contas de 2013, foi de **52.938,61€**.

Este valor foi utilizado como reforço das seguintes rubricas:

01-001-2007/5001- **Transportes Escolares** (0102/020210) - 28.000,00 €,
0102/020210 – **Transportes** - 2.000,00 € e
0102/040701 - **Instituições sem fins lucrativos** - 22.938,61€.

Entendo esta revisão ao orçamento, como normal, o reforço destinado a instituições sem fins lucrativos é discutível (não sei quais são, sei que são todas importantes, mas penso ser possível estabelecer uma escala de prioridade social) e como tal pergunto se o Senhor Presidente assumiu mais compromissos com aquelas e tem que reforçar esta conta ou se já deviam estar orçamentados os compromissos, não sendo necessário o reforço.

Parafraseando um autarca vizinho do nosso concelho: “Gosto de concertinas, não tenho é que financiar todos os grupos de concertina que existem no concelho. Vamos estabelecer regras”.

Voto contra o Ponto 5 pelas razões invocadas.

É tudo senhor Presidente da Assembleia.

PONTO 6. Artigo 31.º, nº3 e 4 da Lei nº 73/2013, de 3 de Dezembro – Percentagem do FEF corrente/apreciação e Aprovação

De acordo com o nº. 3 do Artº. 31, da Lei nº. 73/2013, de 3 de Setembro, os Municípios podem decidir da repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, entre receita corrente e de capital, não podendo a receita corrente exceder 90% do FEF.

Tendo em conta a necessidade de equilíbrio orçamental corrente (**pois os resultados líquidos de 2013 demonstram que estamos muito longe do esperado, com um valor**

João Canotilho
Grupo Municipal PPD-PSD/CDS-PP

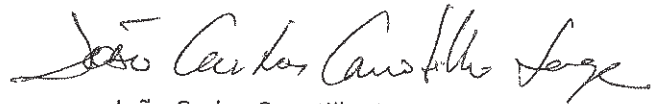
negativo de 1.594.416 euros), julgamos conveniente a fixação da percentagem do FEF corrente nos referidos 90%.

7. Proposta de retificação da deliberação nº 60 de 20/02/2014

Nada a dizer.

III- AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Tábua, 17 de Abril de 2014.



João Carlos Canotilho Lage



MUNICÍPIO DE TÁBUA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anexo:

Documento n.º 2

MOÇÃO 40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974

Comemoramos este ano o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional. O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. 40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais. Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses. Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos problemas que as afectam no seu quotidiano, o governo pôs em curso um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais despudorada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas de Abril. O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. Com as primeiras eleições livres e democráticas, para os órgãos das Autarquias Locais, em 12 de Dezembro de 1976, o Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns

casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa pelo que estão a fazer ao nosso povo, ao nosso país, ao Poder Local Democrático, à sua história e ao seu futuro. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto a Assembleia Municipal de Tábua reunida a 17/04/2014 , delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e os portugueses.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para se associarem às comemorações dos 40 anos de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

